

# ENTRE O ABSOLUTO DA VIDA E O ABSOLUTO DA MORTE

## A PROPÓSITO DE UMA VIDA SALVA EM ÚTERO ARTIFICIALMENTE MANTIDO VIVO

AMÉRICO PEREIRA

PROFESSOR AUXILIAR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
E MEMBRO DA DIREÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS DE FILOSOFIA  
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, COLABORADOR  
DA IRMANDADE DA MISERICÓRDIA E DE SÃO ROQUE DE LISBOA

*A presente reflexão incide sobre a perceção e a escolha de princípios e valores subjacentes à ação de construção do bem comum, nomeadamente na definição do que é uma vida digna ou indigna de ser vivida. Entre a objetividade e a subjetividade inerente ao poder, entre os absolutos da vida e da morte, apresenta-se o caminho da efetiva inclusão nas escolhas pela vida.*

Vamos, ainda, vivendo numa sociedade que, desencantada com a maravilha da vida como primeira, única e insubstituível riqueza humana, tendo eliminado os incómodos “princípios”, que, objetivamente, obrigam a ação humana, se refugia na ilusão de que os sucedâneos “valores” possam permitir entendimentos e trilhos civilizacionais que prolonguem tal viver, mesmo que fundamentalmente desencantado.

Ora, há uma diferença infinita entre “princípios” e “valores”. Os primeiros são absolutamente objetivos, não dependem dos seres humanos, e, assim, não são culturalmente dependentes: é a cultura, toda ela, na sua mais profunda e lata possibilidade, que se erige sobre eles; sustentam e antecipam toda a possibilidade da cultura, não são produto cultural.

Os valores são subjetivos. Não há valores objetivos: dependendo, assim, dos seres humanos que os põem, são, portanto, produtos culturais. São todos relativos: relativos a quem os põe. Cada pessoa, de facto, tem os seus; cada civilização tem os seus. Na sua diferença subjetiva, podem ser incompatíveis. Se tal incompatibilidade for inultrapassável, porque quem os possui não entende deles prescindir em benefício dos valores de outros, tal incompatibilidade leva, mais cedo ou mais tarde, a situações de violência, de guerra, entendida esta como qualquer forma de uso de violência que ponha em causa o bem de esse contra quem é dirigida.

Basta olhar em redor hodiernamente para se perceber como tal é real: não é possível, por exemplo quanto ao estatuto ontológico das mulheres haver entendimento ao nível dos valores entre quem pensa que as mulheres são propriamente humanas, da mesmíssima humanidade que os homens, e quem pensa que as mulheres não são propriamente humanas, sendo, assim, ontologicamente inferiores aos homens. Posições deste tipo, mantidas como tais e extremadas politicamente, levarão certamente a uma qualquer forma de guerra, mais ou menos vasta.

Já os princípios são independentes da valoração humana e não são, assim, passíveis de ser honesta-

mente postos em dúvida (não se consideram aqui posições perversas, propositadamente postas para anular o que objetivamente não pode ser anulado, embora possa haver a ilusão de tal). No que diz respeito à questão do absoluto ontoantropológico que é a vida humana, todos conhecemos o princípio que rege, de forma transcendental, isto é, universal e necessariamente, a possibilidade da vida, em seu absoluto, na relação ética e política, com a capacidade de ação humana. Conhecemo-lo a partir de uma fonte religiosa, mas, enquanto princípio, não é propriamente religioso. Se se quiser usar um termo que, desde há muito, diz respeito a este tipo de questões, é “cosmológico”, velando pela ordem ontoantropológica mais básica, sem a qual a Humanidade não é simplesmente possível.

O princípio é este: “não matarás”.

Esta claríssima ordem não é válida por se tratar de algo que Deus ou um deus qualquer disse, porque é um deus e pode dizer coisas que os subordinados têm a obrigação de cumprir, mas porque põe a condição lógico-ética e ontoantropológica — com consequências ontológicas incontornáveis e definitivas — para a sobrevivência da Humanidade. É interessante que tal tenha sido dito em registo religioso, mas, se não fosse dito neste registo, a sua validade absoluta seria exatamente a mesma.

Percebe-se melhor o que está em causa no que respeita à “principlialidade” ontoantropológica — como condição de possibilidade — e ético-política — como condição prático-pragmática —, se se tomar este princípio e, a partir dele, se formar o seu contraditório: “matarás”. Este novo princípio é tão universal e necessário quanto o outro — ou, pelo menos, a sua formalização exterior na relação com o seu contraditório assim faz parecer. O que se segue deste novo princípio?

Lembre-se de que o que dele seguir será sempre universal e necessário. Deste modo, se se aplicar tal máxima — faz lembrar Kant, que, a seu modo, não andou muito longe deste paradigma de formalização —, imediatamente a Humanidade desaparece em definitivo, pois, transcendentemente, todos mataram. Todos mataram alguém, o que implica que ninguém ficou por matar. Quando muito,



haveria um elemento tristemente afortunado que sobreviveria, qual Midas, num mundo não de ouro, mas do cadáver da Humanidade.

Este exemplo teórico extremo (mas passível de se tornar real) basta para mostrar o poder e a importância dos princípios. Todos os princípios são estruturalmente assim. Constituem, eles sim, os eixos ontológicos — na realidade, são metafísicos — de possibilidade de construção de isto a que chamamos mundo. São absolutos, irrevogáveis, inamissíveis, irredutíveis; de nada serve procurar ignorá-los, pois a sua presença transcende o que

seja a consciência humana, qualquer seja o nível que dela se queira considerar, desde os mais fragilmente psicológicos aos mais profundamente espirituais.

Se os valores mudam, podem ser negociados, podem ser comparados, podem ser ignorados ou exaltados como se de princípios se tratassem, erigidos em eixos do mundo — o nome vem-lhes dos velhos “axioi” helénicos —, dizendo, deste modo, sempre respeito a tudo isto, os princípios nunca são relativos, como o exemplo estudado demonstrou.

A Humanidade, toda a conhecida e, por racional extrapolação, toda a que não se conhece, mas se pensa que obedece aos mesmos princípios, pois não há outros, sempre funcionou a um nível cultural superficial segundo valores, que variam de sociedade cultural para sociedade cultural e de pessoa para pessoa. Mas sempre funcionou também sobre o fundamento ontológico dado pelos princípios. A existência concomitante de uns e de outros não é impossível. Também não é impossível a existência de valores que não respeitem princípios, desde que este não-respeito inteligentemente se compatibilize com os princípios que procura contrariar, sem que tal ação não seja universal: se o for, isso que os princípios regem aniquila tais valores. No limite, e como o exemplo estudado demonstra de forma incontrovertível, o desrespeito pelos princípios aniquila a própria Humanidade que os desrespeita.

O mesmo não acontece com o desrespeito pelos valores, a não ser que se esteja a confundir valores com princípios e se chame valores a estes últimos. Mas, aí, não se está a desrespeitar valores, mas princípios.

O exemplo da Torre de Babel é significativo — e, mais uma vez, não interessa por ser “religioso”, mas por ser racional. Os valores que conduziram à sua edificação foram os que foram, poderiam ter sido outros; nenhum deles interessa, a partir do momento em que o princípio gravítico é posto em causa: a torre cai. E este é um outro exemplo paradigmático do poder dos princípios (neste caso, um princípio físico fundamental), absoluto, na relação com o poder dos valores, relativo.

O princípio “não matarás”, no seu âmbito antropológico, ético e político, não é menos válido e poderoso, em tal âmbito, do que o princípio gravítico. Quer isto dizer que, no mundo da ação humana, prática e pragmática, os princípios são, no limite que instituem, invioláveis, objectivamente invioláveis, mesmo que psicologicamente haja a certeza de que se pode ou de que se está mesmo a violar algum. Na realidade, quando tal sucede, não é o princípio que é violado, é quem o viola que é aniquilado, ou, então, algum outro ser

## **O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL QUE PERMITE TRANSCENDENTALMENTE O BEM COMUM É ESSE QUE IMPLICA A POSSIBILIDADE DA VIDA PARA TODOS OS SERES HUMANOS; O NOSSO CONHECIDO “NÃO MATARÁS”.**

humano (ou muitos) por causa de tal tentativa de violação.

Servem estas considerações iniciais para enquadrar no espaço lógico-ontológico que lhes é próprio os temas que dizem respeito à relação dos seres humanos com as questões de princípio que concernem à vida, mormente à vida humana. Fica, assim, incontrovertivelmente estabelecido, a menos de falta de honestidade intelectual, que as questões fundamentais relativas à vida — humana ou outra qualquer — não são da ordem dos valores, mas da ordem dos princípios.

Comecemos com um exemplo de relação de seres humanos com vidas não humanas. O famigerado caso da extinção do dodo. Uma visão ecológica baseada em princípios — e não em valores — como a de São Francisco de Assis, que assumia todos os seres como algo de ecologicamente fraterno, universal e necessariamente, sem cair em fundamentalismos — os princípios assim o impõem —, tudo promoveria para que o equilíbrio ecológico se mantivesse, sem sacrifícios desnecessários. Segundo este modo de perspetivar o mundo, o dodo — a espécie — nunca teria sido aniquilado.

Segundo uma perspetiva de valores, e através da capacidade humana de judicção, tudo é passível de relativização e de, precisamente, outorga de valor, pelo que, qualquer coisa pode ser objeto de aniquilação, independentemente das razões

para tal. Do dodo, aos “indesejados” de Hitler, segundo a ótica dos valores, tudo pode depender e depende do arbítrio e do poder de quem olha para a realidade segundo uma ótica de poder e não de amor. Quem ama segue os princípios necessários à prossecução do bem disso ou desse que se ama. Não julga pelo valor, esforça-se por intuir quais os princípios que tem de seguir para criar tal bem.

O bem da Humanidade, para que sequer seja digno de tal designação — “da Humanidade” e não de uma sua qualquer parte —, tem de ser sempre um bem comum. O princípio fundamental que permite transcendentemente o bem comum é esse que implica a possibilidade da vida para todos os seres humanos; o nosso conhecido “não matarás”. Assim, todas as ações que atentem contra este princípio atentam contra a possibilidade do bem comum. A guerra, todas as formas de morte infligida por entidade humana impedem o bem comum.

Infelizmente, a história da Humanidade é, salvo raras ocasiões — de inestimável mérito —, um drama trágico em que o bem possível e real de uns se consegue sacrificando o bem de outros, mormente a possibilidade matriz de todas as outras possibilidades que é a vida. A Humanidade foi construindo a sua existência através de sistemas parasitários. O parasita humano, ético e político, é esse que vive literalmente roubando possibilidades alheias, no limite, aniquilando outros para ficar com seus bens.

Entroncam aqui as questões relacionadas com a promoção da vida humana e com a sua despromoção, no limite, aniquilação. A questão do aborto não é religiosa ou ideológica, sequer é política ou mesmo ética: nenhuma destas dimensões se compara com o que tal ato significa em termos de atentado ontológico contra a possibilidade de um ser humano viver — não há objetivamente como o contrariar sem entrar em paralelo com considerações dignas de quem preparou o Programa Eutanásia e o seu sucedâneo que foi o Holocausto. A violação do princípio geral “não matarás” implica a aniquilação da Humanidade. Ora, o aborto é

parte da possibilidade abrangida pela violação de tal princípio e tem exatamente as mesmas consequências: se se universalizar imediatamente o aborto, toda a possibilidade de a Humanidade poder subsistir desaparece também imediatamente, pois é aniquilada a possibilidade de geração imediatamente posterior. Tomado como processo infinitamente iterável nestas condições, o aborto significa, ao fim de alguns decénios, a aniquilação da Humanidade. Esta evidência é incontrovertível.

O aborto, como é realizado comumente, não resulta como aniquilador da Humanidade, porque se aplica apenas a uma parte eleita para tal efeito da Humanidade. Uma outra parte é autorizada a poder continuar. Deste modo, este processo pode existir porque se alimenta da continuidade ontológica de parte da Humanidade. O aborto, assim, divide imediatamente a Humanidade em duas classes distintas: a que é eleita para poder continuar e a que é eleita para não poder continuar. No momento em que esta última eleição fosse declarada universal, a Humanidade estaria condenada à aniquilação por ausência de renovação geracional.

Como se vê, nada do que foi dito é subjetivo: não há remissões para desejos, vontades, medidas legislativas, opiniões, manipulações várias de dados científicos, feitas à medida dos interesses dos que querem continuar a eleger a parte da Humanidade que é autorizada a sobreviver.

Note-se que algo de muito semelhante se passa com todas as partes da Humanidade que são eleitas para extermínio por quem assim pode: lembremo-nos dos vários “ruandas”, que sempre abundaram. Lembremo-nos também da cobertura legal que tais ações eletivas muitas vezes têm, de que as tristes “leis de Nuremberga” são exemplo claro. Instituições que deveriam guardar o bem comum da Humanidade sempre alinharam em tais ações: lembremo-nos da Sociedade das Nações perante os sucessivos ataques da Alemanha nazi a vários povos e gentes, e, de novo, da incapacidade que a ONU manifestou aquando do caso do Ruanda ou do caso de Timor-Leste, entre muitos outros.

Com a questão da eutanásia, iniciativa primeiramente tornada prática na Alemanha de Hitler<sup>1</sup>, surgem problemas semelhantes, tendo como limite de consideração teórica a definição de vida indigna de ser vivida. Esta definição pode abrir caminhos terríveis no que diz respeito à possibilidade de eliminação de pessoas que sejam consideradas indesejadas. Dizer que tal processo se destina a quem sofre sem possibilidade de humana salvação não colhe, pois foi precisamente com este mesmo pretexto que o programa de eutanásia nazi começou, quando pessoalmente Hitler deu autorização, a pedido dos próprios pais, para a morte assistida de uma criança. A menos que se queira considerar que o programa que esteve na origem do Holocausto seja intrinsecamente bom.

Por outro lado, temos a realização de esforços profundamente meritórios para que vidas que estão em perigo, a todos os níveis, possam ser salvas, recuperando o melhor possível, não a qualidade de vida — noção burguesa —, mas precisamente a grandeza e dignidade da vida de quem assim estava diminuído. Notáveis são todos os progressos, de um Edward Jenner a um Louis Pasteur, a quem se deve centenas de milhão de vidas salvas, a todos os mais recentes progressos no âmbito das imunologias, tratamentos de base genética — sem manipulação substantiva do genoma humano, isso é outra questão grave, ligada também aos padrões eugénicos tão caros a Hitler —, entre outros, aos quais também se devem já a salvação de inúmeras vidas e a possibilidade de continuação da única riqueza absoluta de que um ser humano dispõe.

Recentemente, foi notícia a manutenção em vida gestativa de um ser humano no seio do corpo mantido biologicamente operacional de forma artificial — não é o mesmo que “vivo”, pois a vida humana implica um sujeito humano que coincide com essa mesma vida, e, ali, não havendo propriamente um cadáver, o que há é um organismo humano biologicamente ativo através de apoio mecânico — até

que esse ser pudesse eclodir de forma semelhante à natural e ser minimamente subsistente.

Tal ato reveste-se de uma grande dignidade humana, pois possibilitou, de uma situação dramática que poderia implicar uma dupla tragédia, a vitória de salvar uma vida. Ética e politicamente, este ato ontoantropológico de defesa da vida humana é simplesmente excelente e revela uma faceta notavelmente nobre da Humanidade, precisamente porque, no cumprimento do princípio do “não matarás”, na forma de “não matarás não deixando morrer quem podes salvar”, realiza um ato que contribui para o bem comum da Humanidade, na forma da sua continuidade.

Imagine-se que todas as mães passavam a encontrar-se numa situação semelhante: apenas uma ação que seguisse como princípio o princípio aqui utilizado permitiria à Humanidade sobreviver.

Ao contrário do que se possa pensar, não há neste ato qualquer “problema ético”. Eticamente, só assim se pode agir se se quiser manter viva a humanidade. É algo de puramente objetivo. Inteligentamente nem sequer há escolha possível. Decorre logicamente da necessidade de salvação da humanidade como possibilidade.

Então que problema pode haver, se é que há? Podem ser suscitadas questões de índole económica e financeira. Por exemplo: não será desperdiçar recursos considerados escassos com casos padronizáveis por aquele a que aludimos, quando há tantas outras necessidades, mormente aquelas que afetam seres humanos já nascidos, a quem já foi permitido nascer?

O governo da relativa abundância de bens tem dependido, ao longo da história da Humanidade, não de razões objetivas, mas da vontade de quem tem poder para tal: mais uma vez, o nazismo é exemplo paradigmático, a política de Hitler previa a produção de “manteiga e canhões”, mas, quando a posição da Alemanha começou a ficar periclitante por causa de uma iniciativa bélica perfeitamente

1. Ver o nosso estudo sobre este tema em: [//www.caritas.pt/cr/i/index.php?option=com\\_content&view=article&id=536:eutanasia-solucao-final&catid=60:etica&Itemid=64](http://www.caritas.pt/cr/i/index.php?option=com_content&view=article&id=536:eutanasia-solucao-final&catid=60:etica&Itemid=64).

**COMO NO CASO DE  
ARISTIDES DE SOUSA  
MENDES, A ESCOLHA, NA  
AGONIA DO SEU ABSOLUTO,  
DEVE SER SEMPRE FEITA  
EM FAVOR DA VIDA.  
SÓ A VIDA PERMITE,  
SÓ A VIDA É CAMINHO  
DE POSSÍVEL E DE EFETIVA  
INCLUSÃO.**

escusada, Hitler preferiu usar os escassos recursos de que dispunha para produzir mais “canhões” em detrimento de mais “manteiga” ou, sequer, de “manteiga” suficiente. Objetividade estrita nula, tudo dependendo da subjetividade do tirano.

Assim, em todos os âmbitos de saúde, mesmo quando bem administrados, com um rigor sempre inusitado, o que se vai realizar com os escassos recursos disponíveis depende sempre de quem sobre eles tem poder. Pode bem acontecer que este resolva outorgar meios a fins que contribuam para degradar a vida e mesmo eliminá-la, em vez de os alocar a meios capazes de a salvar e nobilitar.

Pode, assim, causar espanto que, no mesmo sistema de saúde, em que há sempre recursos não-ilimitados, se dissipem recursos com a eliminação da vida humana que poderiam ser empregues no sentido da sua emergência, do seu cuidado, da sua dignificação, enquanto vida, como vida.

Mas tal não é surpreendente num mundo em que uma imensa parte da riqueza criada com o sacrifício, muitas vezes escravagista, de muitos é empregue como meio de destruição e de morte por parte de pessoas que, sendo de uma confrangedora pobreza ontológica interior, apenas no exercício da tirania sobre os demais encontram isso que psicologicamente as conforta, falhos que

são de dimensão espiritual, por definição ato de amor, isto é, de realização do bem para todos, para tudo: o mais são atos de tirania.

Assim, todo o ser humano sempre viveu, vive e continuará a viver, enquanto houver Humanidade, entre os dois extremos ético-políticos da ação segundo o amor e o bem comum, por um lado, e da ação segundo a tirania, que, procurando afirmar o sujeito como eixo absoluto do real, tendencialmente anula o bem dos outros, ameaçando-os em permanência com a sua aniquilação.

A defesa da vida como absoluto insubstituível para a pessoa humana e para a Humanidade como um todo — princípio fundamental, não valorável — cria uma prática e pragmática de amor e de bem comum, com possibilidade de ser para todos, sem outra condição que não seja o seu direito a ser, sem mais, absolutamente. Qualquer outra forma é paradigmaticamente tirânica, seja defendida por quem seja, revista-se das máscaras que quiser.

Num mundo em que o cinzentismo indiferentista domina, a escolha entre a liturgia à vida, sem restrição, e a liturgia à morte, com as restrições que se quiser, todas espúrias, obriga a que cada pessoa se posicione ou no branco ou no preto da decisão, pois entre o absoluto da vida e o absoluto da morte não há composição nem meio-termo.

Todos nós somos não apenas corresponsáveis, mas absolutamente responsáveis pelo mal que fazemos ou permitimos que se faça. O mesmo pelo bem.

Pois, então, que se escolha e que, ao contrário de Pilatos, não se lave as mãos de atos que nunca poderão ser revertidos, pois o absoluto do ato não é grandeza vetorial que se possa multiplicar por (-1) a fim de deixar sempre burguesas consciências em cinzenta paz.

Como no caso de Aristides de Sousa Mendes, a escolha, na agonia do seu absoluto, deve ser sempre feita em favor da vida. Só a vida permite, só a vida é caminho de possível e de efetiva inclusão. Ou agimos segundo o princípio da vida ou deixamos de ser humanos. Repete-se: ou deixamos de ser humanos. ■